TOP DE MARKETING AGORA TEM NOME: SOMAX ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

A tendência é de 5 anos para Sarney

por Riomar Trindade
de Brasília

A espetacular vitória do presidencialismo como sistema de governo (344 votos a favor e 212 contra), por uma diferença de 132 — 64 votos acima da maioria de 280, necessária regimentalmente para a sua aprovação —, superou as expectativas mais otimistas do Palácio do Planalto, dos governadores presidencialistas e do "Centrão", grupo conservador suprapartidário na Constituinte, bem como sinalizou claramente para a definição pela Assembléia Nacional Constituinte de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Essa opinião foi manifestada a este jornal por experientes parlamentares do PFL, do PDS e da ala conservadora do PMDB, embora o tamanho do mandato do atual presidente da República somente será tratado nas disposições transitórias, dentro de não menos do que trinta dias.

No início da tarde de ontem, o deputado Milton Reis (PMDB-MG) já cantava vitória, informando aos jornalistas que havia comunicado, por telefone, para o presidente Sarney, que o presidencialismo seria aprovado por um mínimo de 308 votos e um máximo de 320 votos. Reis errou, pois a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) obteve 344 votos, com todos os 559 constituintes, pela primeira vez, em plenário.

"Foi uma vitória do presidente da República, do 'Centrão', dos governadores, do PT e do PDT. Foi a vitória do bom senso, pois nenhum constituinte recebeu mandato para alterar o sistema de governo e a tradição brasileira é presidencialista", afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), e completou, eufórico: "Agora, com essa direrença, fica mais fácil aprovar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, da Bahia, afirmou que a aprovação do presidencialismo como sistema de governo representava a "expressão democrática do País", e acrescentou: "A Constituinte não podia mudar o regime, sem uma consulta ao povo. Afinal, as diversas pesquisas de opinião identificaram o presidencialismo como o sistema de governo preferido". Lourenço anunciou ainda que pleiteará junto ao presidente Sarney uma reforma ministerial, como maneira de adequar o atual ministério à base parlamentar do governo.

O também pefelista Ricardo Fiúza, de Pernambuco, não concorda com Lourenço no que diz respeito à pretendida reforma ministerial. "Isso cabe ao presidente decidir, se julgar que algum ministro não lhe é fiel", disse Fiúza. Tanto ele quanto Lourenço, porém, salientaram que a aprovação da emenda presidencialista facilita a definição de um mandato de cinco anos para Sarney. Já o senador Franco (PMDB-SE) anunciou que, nos próximos dias, cobrará do presidente Sarney, da tribuna do Senado, a adoção pelo governo de medidas concretas de controle dos gastos públicos, como forma de viabilizar a recuperação da economia. Franco defendia um prévio entendimento entre Ulysses Guimarães e Sarney — o parlamentarismo já com cinco anos de mandato —, mas votou na emenda presidencialista de Lucena.

Também o ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ) acha que o governo precisa adotar medidas urgentes na área econômica. "A economia está um caos, sendo necessário medidas imediatas de contenção dos gastos públicos", disse Dornelles. Embora tenha criticado a emenda do senador Lucena, ele votou a favor do presidencialismo. O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, creditou a vitória do presidencialismo ao "esforço do governo, ao trabalho dos ministros ligados ao presidente Sarney, à decisão dos governadores de apoiar o presidencialismo e à ação da liderança do PFL".

O senador Marco Maciel (PFL-PE), presidencialista e defensor de mandato de cinco anos para Sarney, disse que a aprovação do presidencialismo "não dispensou a ação do próprio governo", mas resultou também de "confluência de forças", citando as posições favoráveis de lideranças do porte do deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, do PT, e do ex-governador gaúcho e fluminense, Leonel Brizola, presidente nacional do PDT.

"Não esperava essa diferença.

Agora, acho que será uma avalanche de votos favoráveis aos cinco anos", assinalou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). E o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, resumia seu entusiasmo numa frase, ao comemorar o resultado com um grupo de constituintes: "Eu não disse a vocês que a gente não precisava do PT e do PDT?"

A frustração dos parlamentaristas

por Cecília Pires
de Brasília

O clima de frustração com a derrota e o reconhecimento de que o governo Sarney saiu fortalecido com a vitória do presidencialismo tomou conta, ontem, das principais lideranças parlamentaristas na Constituinte. "O que aconteceu aqui dá um retrato sem retoques do que é intrinsecamente o presidencialismo. O governo é impotente e incapaz de resolver as grandes questões nacionais. Porém, na base da pressão e do fisiologismo, ele é capaz de inverter tendências", desabafou o senador José Richa (PMDB-PR), um dos constituintes que mais articulou pelo parlamentarismo.

"Deu a impressão de que esta Assembléia Constituinte não tem soberania", declarou, depois das votações, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. "O fosso político aumentou. Os resultados mostraram que a Constituinte está sujeita a pressões e, além de tudo, a opinião pública foi desrespeitada. Acho que o PMDB é responsável pelo que aconteceu aqui", completou.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, declarou que não esperava a vitória do presidencialismo com tamanha vantagem. "Eu esperava até uma vitória mais apertada, ou a vitória do parlamentarismo." Indagado sobre sua opinião a respeito da causa daquele resultado imprevisto, Covas respondeu apenas que "vocês sabem". Ele respondeu também que o mandato de cinco anos para Sarney, na votação das questões transitórias, ainda não é um fato consumado, "mas as decisões de hoje (ontem) favorecem os cinco anos". Defendeu ainda que a reversão de expectativas dos parlamentaristas ocorreu "porque houve um trabalho nítido e claro dos governadores e ministros" em favor do presidencialismo. Concluiu, no entanto, que tem, ao lado dos defensores de um mandato de quatro anos, "uma etapa nova de luta pela fixação do mandato. Espero que nesta nova etapa, a Constituinte vote o que a sociedade brasileira deseja".

Richa previu ainda a possibilidade de ocorrer uma grave crise institucional, em conseqüência da crise econômica, afirmando que o Brasil "não tem reservas cambiais e está às voltas com uma inflação sem precedentes". O autor da emenda parlamentarista, deputado Egydio Ferreira Lima, criticou o "clientelismo, o fisiologismo, a forma como se tripudiou sobre o caráter das pessoas", e disse que vai lutar pelo mandato de quatro anos nas questões transitórias, "para que o desastre não seja maior".

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) pregava, na saída do plenário que a aprovação do presidencialismo "vai resultar num confronto permanente entre Legislativo e Executivo". Disse que encerrou ali seu trabalho pelo parlamentarismo e seguirá "rezando para que o Brasil acabe o ano sem golpe. O Brasil saiu derrotado", concluiu.

"Ulysses agora vai comandar o processo de fixação do mandato de Sarney em quatro anos", defendeu o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ). "Ele vai-se vingar. Ou alguém pensa que ele vai retornar sem a presidência da Constituinte e da Câmara para o anexo II do Senado?"

Ulysses, que previa o parlamentarismo, diz ser preciso acatar

por Zanoni Antunes
de Brasília

Ulysses Guimarães

Demonstrando cansaço e abatimento, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte e do PMDB, deixou o plenário no final da noite de ontem, em meio às comemorações dos partidários do mandato de cinco anos, defendendo o resultado da votação. "Devemos todos, em nome da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, acatar e respeitar essa decisão", disse o deputado.

Cercado de seguranças e jornalistas, o presidente da Constituinte não estava muito disposto a entrevistas. Com respostas curtas, Ulysses Guimarães iniciou lembrando o comparecimento maciço dos constituintes — um recorde desde a sua instalação —, classificado por ele como uma "manifestação da integralidade da Assembléia Constituinte".

Sobre se a decisão de ontem de dar ao próximo presidente da República um mandato de cinco anos inviabilizaria o mandato de quatro anos para o presidente Sarney, Ulysses Guimarães foi seco em sua resposta: "Não sei." Novamente indagado se a atual tendência do plenário representaria a manutenção do mandato de cinco anos, o presidente da Constituinte voltou a insistir em sua negativa, afirmando que acatava a decisão da assembléia.

"Como fica o sua candidatura com o resultado de hoje?", perguntou um repórter. "Eu não sou candidato. Eu sou presidente da Assembléia Nacional Constituinte e candidato a sair bem da Constituinte da melhor maneira possível e desse difícil encargo", respondeu. Disse ainda que não acreditava num "racha" do PMDB por causa do resultado da votação.

"O PMDB votou hoje contra o povo. O que o senhor acha disso?", provocou um jornalista. "Não sei, eu ainda não tenho os dados completos sobre a votação".

Ao ser perguntado novamente se o resultado da votação de ontem implicaria num mandato de quatro anos para o presidente Sarney, Ulysses discordou. "Não necessariamente, o tempo é que vai mediar até essa votação e a soberania da Constituinte é que vai decidir."

Emenda inova com a censura aos ministros

A única inovação embutida na emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovada ontem na Assembléia Nacional Constituinte, é a figura da "moção de censura", mecanismo que, proposto por um terço da Câmara Federal, é suficiente para obrigar o presidente da República a demitir qualquer um de seus ministros.

Apresentada uma "moção de censura" pelo mínimo de um terço, será necessária a aprovação de dois terços da Câmara Federal para que ela implique efetivamente a exoneração do ministro a que se refere. Se a moção for rejeitada, no entanto, os deputados que a assinaram não poderão apresentar outra que envolva o mesmo ministro da moção derrubada.

Fora isso, muito pouca coisa é modificada. O Poder Executivo continuará sendo exercido pelo presidente e seus ministros, com um mandato de cinco anos para os sucessores do presidente José Sarney.

O chefe de Estado poderá nomear e demitir seus ministros, sancionar e promulgar leis, expedir decretos, adotar "medidas transitórias" com força de lei, vetar projetos de lei, nomear magistrados e coordenar a administração federal. E só ele poderá convocar a realização de um plebiscito.

O presidente da República e seu vice terão de ser eleitos por maioria absoluta de votos, em eleição direta, e não poderão se reeleger para mandato subseqüente.

São definidos como crimes de sua responsabilidade os atos que contrariem a existência da União, o exercício dos poderes constitucionais, os direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do País, a "probidade" administrativa, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e decisões judiciais.

Desrespeitando esses pontos, ou por qualquer outro crime e decisões de governo, o presidente da República poderá ser preso, depois de julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Também será obrigado a prestar contas anuais ao Legislativo, e seus ministros serão obrigados a atender às convocações que forem feitas pelo Congresso Nacional.

O texto da Constituição

Abaixo a íntegra dos textos aprovados ontem pela Assembléia Nacional Constituinte:

Artigo 74 — A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao presidente da República, ao primeiro-ministro, aos tribunais superiores e aos cidadãos, na forma prevista nessa Constituição.

Parágrafo 2º — A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei e subscritos por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuídos, pelo menos, em cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Capítulo II — Do Poder Executivo

Seção I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Artigo 88 — O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado.

Artigo 89 — O presidente e o vice-presidente da República serão eleitos simultaneamente dentre os brasileiros natos maiores de trinta e cinco anos e no exercício de seus direitos políticos, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto em todo o País, cento e vinte dias antes do término do mandato presidencial.

Artigo 90 — Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

Parágrafo 1º — Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados.

Parágrafo 2º — Se, antes de realizada a segunda votação, qualquer dos candidatos que a ela tiver o direito de concorrer falecer, desistir de sua candidatura, ou, ainda, sofrer qualquer impedimento que o inabilite, convocar-se-á dentre os remanescentes o candidato com maior votação.

Parágrafo 3º — Se, na hipótese do parágrafo anterior, houver dentre os remanescentes mais votados mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Parágrafo 4º — A eleição do presidente implicará a do candidato a vice-presidente com ele registrado.

Artigo 91 — O presidente e o vice-presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional e, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal, prestando compromisso de manter, defender, cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo Único — Se decorridos os dez dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Supremo Tribunal Federal.

Artigo 92 — Substituirá o presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o vice-presidente.

Parágrafo Único — O vice-presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Artigo 92A — Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência, o presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Artigo 92B — Vagando os cargos de presidente e vice-presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso nacional, na forma da lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Artigo 92C — O mandato do presidente da República é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subseqüente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

"O Congresso entendeu bem", diz o presidente após a vitória

por Elaine Lerner
de Brasília

O presidnete José Sarney considerou a aprovação da emenda presidencialista como "uma vitória do País", como disse à imprensa da janela de seu carro ao deixar o Palácio do Planalto, por volta das 20 horas.

"Não é uma vitória pessoal. Eu nunca tratei desse assunto como se fosse um problema pessoal e sempre quis o que fosse melhor para o País. Acho que o Congresso entendeu muito bem e a legitimidade da decisão do Congresso assegura isso. Foi realmente uma vitória muito expressiva na maioria muito grande e a totalidade dos constituintes", disse o presidente. Para o assessor especial para assuntos políticos do presidente, Thales Ramalho, a vitória não surpreendeu e manteve a tradição "republicana encarnada pelo presidente Sarney".

Ramalho, um dos responsáveis pela articulação política armada pelo Palácio do Planalto que garantiu a manutenção do presidencialismo, acredita que o presidente "ficou mais forte para governar". Ainda assim, prefere aguardar a decisão sobre o mandato, antes de tecer novos prognósticos políticos. Já o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que muitas vezes atua como porta-voz da Presidência da República, manteve o silêncio que se impôs nos últimos dias e não comentou a decisão da Assembléia Constituinte. Um assessor explicou que, "como bom mineiro, o ministro só falará após a votação da duração do mandato".

Sarney não assistiu à votação da emenda presidencialista. No momento da decisão, estava em audiência com três empresários japoneses, devido a atrasos em sua agenda. A comemoração da vitória só começou após a saída dos visitantes e teve a participação dos ministros das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, das Relações Exteriores, Abreu Sodré, da Irrigação, Vicente Fialho, da Reforma Agrária, Jader Barbalho, da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, da Administração, Aluizio Alves, e do Gabinete Civil. Foram ao gabinete presidencial, também, o consultor geral da República, Saulo Ramos, Thales Ramalho e o governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita.

Ao chegar ao Palácio do Planalto, após almoçar com a família, Sarney presenciou uma estranha manifestação de moradores de Vila Mathias, de Taguatinga, uma das cidades satélites do Distrito Federal. Faixas de apoio ao mandato de cinco anos se misturavam a agradecimentos pelo fornecimento de leite, assinados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Para Lula, mandato é uma questão à parte

por Riomar Trindade
de Brasília

"As decisões de hoje (ontem) são prova do amadurecimento da classe política. Fica provado que, a partir de agora, as instituições estão mais fortes e, após definir o mandato do presidente da República, o País terá condições de sair da crise." A afirmação foi feita pelo deputado José Sarney Filho ontem, logo após a Constituinte ter derrotado, por 304 votos a 223, o destaque para votação em separado do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que pretendia retirar da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) a fixação de um mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República.

"Agora, até por uma questão de não discriminar o presidente Sarney, o mandato do atual presidente da República também terá de ser fixado em cinco anos", afirmou o deputado Milton Reis (PMDB-MG). Luiz Ignácio Lula da Silva, porém, pensa diferente: "São coisas distintas. Votamos o mandato dos futuros presidentes e não o de Sarney. A verdade é uma só: o povo quer eleições diretas neste ano e não acredito que este governo possa resolver os problemas do País".

O jogo duro na reversão dos votos

por Cecília Pires
de Brasília

O governo jogou duro, com o auxílio de ministros e governadores, para garantir a aprovação do presidencialismo, abrindo uma verdadeira guerra, que tinha como centros de operação os escritórios regionais dos governos estaduais em Brasília e hotéis como o Nacional, mas não se limitou às redondezas do Congresso, estendendo as articulações até o plenário.

A história mais grave de articulações à porta do plenário, relatada por constituintes partidários do parlamentarismo, teria ocorrido com o deputado Ronaldo Carvalho (PMDB-MG). Ele teria sido chamado à porta pelo presidente da Telecomunicações de Minas Gerais (Telemig), Paulo Islander, que lhe trazia uma mensagem do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a quem a empresa está subordinada, dizendo que, se Carvalho não votasse pelo presidencialismo, ele — Islander, correligionário de Carvalho — perderia o cargo. O deputado votou pelo presidencialismo, e não nega que até aquele momento pudesse ter seu voto na conta dos parlamentaristas. Mas nega que se tenha encontrado com Islander naquelas circunstâncias e completa: "Estava apenas indeciso até a última hora".

Os deputados José Geraldo e José da Conceição (PMDB-MG), que até o final da semana anunciavam voto para o parlamentarismo, mudaram depois de uma conversa com o governador Newton Cardoso. "Estou aqui para fazer o que o meu governador deseja", disse José Geraldo a Newton Cardoso, segundo contou um colega de bancada. Os deputados Hélio Costa e Sílvio Abreu, do PMDB mineiro, também "viraram" voto do parlamentarismo para o presidencialismo, mas o governo cuidou de convencê-los através do ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, pois ambos são adversários de Newton Cardoso. "Tremo pensando que vou votar naquilo que o governador Newton Cardoso quer", declarou Hélio Costa, pouco antes de votar no presidencialismo. "Sou pelos quatro ou pelos cinco anos de mandato para Sarney, mas sou mais pelos quatro", disse, indeciso, o deputado. A bancada do PMDB mineiro, um dia antes da votação tinha, segundo as contas dos parlamentaristas, 22 votos a favor do parlamentarismo e 15 a favor do presidencialismo. O placar da votação revelou uma inversão completa destes números: 22 presidencialistas e 15 parlamentaristas.

O 1º secretário do PMDB, deputado Milton Reis (PMDB-MG), presidencialista do começo ao fim, dizia, antes da votação, que o presidencialismo ganharia por, no mínimo, 192 votos. Não computara, nesta conta, cerca de 30 votos presidencialistas, que, segundo confessou a um deputado da bancada, "poderiam guardar o voto até quarta-feira, para garantir vantagens maiores". Depois da votação, Milton exultava, explicando seus critérios de avaliação: "Para acertar nas contas, examinei o conjunto de fatores que envolvia a situação do deputado em seu estado, em que medida o governador é ligado ao presidente, se o deputado é ou não ligado e influenciado por seu governador e se o deputado detém cargos no estado", concluiu.

O deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) surpreendeu seus colegas parlamentaristas, ao anunciar, ontem, que votaria no presidencialismo. "Já que não houve acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos de mandato com o governo, eu decidi votar no presidencialismo. Por outro lado, atendi, também, a um apelo do governador de meu estado, Miguel Arraes". Em sua bancada contaram que Bezerra ficou em entendimentos com representantes do governo federal até altas horas da madrugada que antecedeu a votação.

O deputado Chico Pinto (PMDB-BA) estranhou que as tendências na Constituinte tivessem mudado tanto, em tão pouco tempo. "Todas as pesquisas, desde o início da Constituinte, indicavam que dois terços da Assembléia eram parlamentaristas e essa tendência durou quase um ano. O que mudou?", perguntava.

O deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) defendeu que as denúncias feitas ontem contra constituintes que viraram o voto por qualquer tipo de pressão fossem enviadas à CPI da corrupção. "E preciso fazer uma avaliação das suspeitas, sobre vantagens e benesses que aconteceram nas últimas horas. As coisas vão começar a aparecer nos próximos dias", concluiu.

Cafeteira feliz, Pires abatido

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A votação no plenário da Constituinte não havia ainda começado e o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, já "cantava" a vitória do regime presidencialista. "Com o PT (Partido dos Trabalhadores), vamos ganhar com 305 a 310 votos, e sem o PT, com 290 a 295 votos". O resultado acabou sendo bem mais amplo, com os 344 votos computados a favor do regime presidencialista, e diante do fato, Cafeteira não tinha dúvidas quanto ao período do mandato presidencial: "O mandato de cinco anos está garantido".

O movimento dos governadores, em Brasília, nos últimos dois dias, foi intenso e o ministro da Administração, Aluízio Alves, chegou a admitir que os estados tiveram forte influência na votação do regime presidencialista: "Os governadores prestaram uma boa contribuição às suas bancadas".

Mas nem todos estavam animados. O governador da Bahia, Waldir Pires, saiu do plenário da Constituinte visivelmente abatido: "A Nação deve continuar a insistir no parlamentarismo, depois de promulgada a Constituição, porque é um regime de governo mais avançado". Pires reconheceu que o presidente Sarney saiu vitorioso com a decisão de ontem mas fez um prognóstico pessimista: "Pela sua rigidez, o presidente Sarney é um veículo de instabilidade na democracia brasileira". Como Cafeteira e Pires, o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, esteve ontem também no Congresso Nacional.

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, suspendeu a viagem que faria a Brasília e acompanhou de Porto Alegre a votação da Assembléia Nacional Constituinte. Ele não quis se manifestar sobre o resultado da votação.

"O presidente José Sarney saiu fortalecido", comentou o governador de São Paulo, Orestes Quércia, a este jornal. Ele permaneceu na capital paulista, nos últimos dois dias. Mesmo assim, trabalhou junto aos constituintes paulistas, através do telefone, pedindo votos para o presidencialismo. "A implantação do parlamentarismo, uma experiência nova, em momento de crise como o que passamos, seria uma aventura desaconselhável", justificou Quércia.

O governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, também estava satisfeito: "O presidencialismo é a vocação natural do povo brasileiro", disse.

Governo acha que a nova etapa deve ser mais fácil

por Mariângela Hamu
de Brasília

Durante todo o tempo, o governo teve certeza de que venceria, mas em momento algum pôde imaginar — nem os mapas oficiais foram capazes de prever — que a vitória do presidencialismo seria tão contundente. O próprio presidente José Sarney deixou escapar uma expressão de surpresa diante do aparelho de televisão instalado em seu gabinete, quando o placar eletrônico anunciou, no final da tarde de ontem, a diferença a favor de suas teses: 344 votos a 212.

Estava consagrado, naquele momento, o estilo que permitiu ao governo conquistar sua mais importante vitória na Constituinte, até hoje, e que deverá marcar toda a ação do governo, de agora em diante. "Determinação, contundência, agressividade e união de forças serão as palavras de ordem do presidente Sarney nos anos de mandato que lhe restam", disse a este jornal um importante assessor presidencial.

Apesar de estarem imaginando uma diferença de apenas vinte votos, Sarney e seus amigos comemoraram discretamente. Estavam lado a lado o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; o assessor político especial, Thales Ramalho; o filho, Fernando Sarney; o secretário particular, Jorge Murad; o empresário e amigo Murilo Mendes; e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães — um dos mais ardorosos defensores desse estilo, desde o início.

"Uma grande comemoração do governo só será possível quando a vitória for completa. Agora, vamo-nos preparar para a guerra que definirá o mandato do presidente Sarney", explicou um assessor palaciano. Estão definidos o sistema presidencialista de governo e o mandato dos sucessores de Sarney, mas o mandato do atual presidente será definido somente na fase das disposições transitórias, prevista para os meses de abril ou maio.

A estratégia será a mesma: mobilizar governadores, militares e todos os recursos e instrumentos de persuasão de que dispõe para convencer mais de 280 constituintes — número mínimo necessário à aprovação de uma emenda — a garantir um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. "Agora será até mais fácil, pois os constituintes não poderão discriminá-lo. Se os outros terão cinco anos, por que ele não os terá?", indaga um ministro.

Enquanto isso, o presidente e seus assessores começarão a costurar a base parlamentar de que o governo precisa para conduzir a transição. Soluções extremas, como a troca de nomes no primeiro escalão, deverão aguardar a votação do mandato do atual presidente, mas os nomes que serão eventualmente substituídos já estão listados: Celso Furtado, ministro da Cultura; Almir Pazzianotto, do Trabalho; Renato Archer, da Previdência Social; e Luís Henrique, da Ciência e Tecnologia.

Definido o mandato do presidente Sarney, o governo mostrará sua face mais dura: na área econômica serão adotadas medidas rigorosas para controle do déficit público, como parte dos gastos das estatais, corte nos salários e demissão de funcionários. O acordo de reestruturação da dívida externa também aguardará a definição do mandato. Os credores não querem — e já avisaram o governo — qualquer compromisso com um governo que eles não sabem quanto tempo vai durar.